



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE GRACCHO CARDOSO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

---

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO:**

1.1. Contratação de empresa para realizar o fornecimento de gêneros alimentícios em forma de kit, para distribuição às famílias em estado vulnerável social deste Município, quando da comemoração da Semana Santa, em conformidade com a Lei 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

**2. DA NECESSIDADE:**

2.1. A presente contratação tem por finalidade atender às ações socioassistenciais desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Graccho Cardoso/SE, mediante a disponibilização de gêneros alimentícios organizados em forma de kits destinados à distribuição às famílias em situação de vulnerabilidade social do município, especialmente no período da Semana Santa.

2.2. A iniciativa integra as ações de proteção social desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, voltadas à promoção da segurança alimentar e nutricional das famílias acompanhadas pelos serviços e programas da política pública de assistência social.

**3. DA JUSTIFICATIVA DE SELEÇÃO DA MODALIDADE ADEQUADA:**

3.1. Considerando que os itens que compõem a presente demanda possuem características padronizadas, com especificações usuais de mercado e amplamente disponíveis junto a diversos fornecedores, enquadram-se na categoria de bens comuns.

3.2. Nessa perspectiva, a modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, mostra-se a mais adequada para a condução do procedimento licitatório, por possibilitar maior competitividade entre os participantes, transparência do certame e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

3.3. Ademais, a ação socioassistencial a ser desenvolvida possui relevante caráter social, considerando que muitas famílias em situação de vulnerabilidade enfrentam dificuldades no acesso regular à alimentação adequada, circunstância que pode se intensificar em períodos culturalmente significativos, como a Semana Santa.

3.4. Nesse contexto, a distribuição de gêneros alimentícios contribui para a promoção da segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiárias, permitindo que possam vivenciar esse período tradicional com maior dignidade e apoio institucional por parte do poder público municipal.

3.5. A iniciativa também se alinha aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da solidariedade social e da promoção do bem-estar coletivo, reforçando o compromisso da Administração Pública Municipal com a implementação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais.

**4. DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS:**

4.1. A empresa contratada deverá observar rigorosamente as orientações e a programação de fornecimento estabelecida pelo Fundo Municipal de Assistência Social, especialmente quanto às datas, horários, locais de entrega, quantitativos e condições de qualidade dos produtos.

4.2. Os produtos deverão ser disponibilizados com antecedência mínima de 02 (duas) horas em relação ao horário programado para o início das atividades de distribuição dos kits alimentares.

4.3. A contratada deverá assegurar que todos os produtos fornecidos estejam em perfeitas condições de consumo, atendendo às normas sanitárias vigentes, bem como às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

4.4. Sempre que constatada qualquer irregularidade quanto à qualidade, integridade ou conformidade dos produtos fornecidos, a contratada deverá proceder à substituição imediata dos itens, sem qualquer ônus adicional para a Administração.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE GRACCHO CARDOSO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

4.5. A substituição ou reposição de produtos deverá ocorrer, especialmente, nas seguintes situações:

- a) Quando houver, no ato da entrega, embalagens danificadas, violadas ou inadequadas, que possam comprometer a integridade ou segurança do produto;
- b) Quando os produtos não atenderem às normas sanitárias vigentes ou às especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
- c) Quando forem identificados produtos deteriorados, impróprios para o consumo ou com prazo de validade incompatível com o consumo seguro;
- d) Quando os produtos apresentarem características inadequadas quanto ao odor, sabor, cor, textura ou aspecto visual.

4.6. Após a realização das entregas, a contratada deverá apresentar as respectivas Notas Fiscais junto ao Fundo Municipal de Assistência Social, no horário de expediente da Administração, para fins de conferência, aceite e atesto dos produtos efetivamente recebidos.

4.7. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues devidamente organizados em forma de kits, acondicionados em sacolas plásticas resistentes ou embalagem equivalente, contendo todos os itens previstos neste Termo de Referência.

**5. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO, DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES.**

5.1. O critério de julgamento será o de menor preço global. O julgamento, de forma global, justifica-se pela íntima relação que os itens guardam entre si; ademais, estes representam materiais de baixa complexidade, observando-se, portanto, que qualquer interessado atuante neste ramo de atividade detém qualificação técnica suficiente para ingressar no certame, descaracterizando qualquer probabilidade de restrição à competitividade;

5.2. As especificações e quantidades serão dadas conforme planilha a seguir:

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.	V. UNIT. (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	Arroz parboilizado, Tipo 1, beneficiado, polido, longo fino, com grãos inteiros, limpos e secos, isento de impurezas, insetos ou matérias estranhas, com coloração característica e odor próprio do produto. Deve atender aos padrões de qualidade estabelecidos pela legislação vigente da ANVISA e do MAPA. Acondicionado em embalagem plástica resistente, íntegra e lacrada, contendo 1 kg, com identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e informações nutricionais no rótulo	Kg	3.000	4,54	13.620,00
2	Bacalhau Tipo Saithe – em postas Peixe salgado e seco do tipo Saithe ( <i>Pollachius virens</i> ), próprio para consumo humano, com textura firme e coloração característica, isento de odores estranhos ou sinais de deterioração. Apresentação em postas, devidamente limpas, sem excesso de sal superficial ou impurezas. Produto acondicionado em embalagem apropriada para alimentos, devidamente identificada com peso líquido, origem, data de fabricação e prazo de validade, atendendo às normas sanitárias vigentes	Kg	3.000	132,93	398.790,00
3	Coco seco inteiro, maduro, de boa qualidade, casca íntegra e resistente, sem rachaduras, mofo ou sinais de deterioração. Deve apresentar polpa firme	Unid	3.000	6,55	19.650,00



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE GRACCHO CARDOSO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

	e fresca, adequada ao consumo humano. Peso médio aproximado de 800 g a 1 kg por unidade, podendo variar conforme o padrão natural do produto				
4	Sacola plástica resistente, confeccionada em polietileno ou material equivalente, com alças laterais, adequada para transporte de alimentos e produtos diversos. Deve possuir capacidade mínima de carga de 2 kg, com boa resistência à tração e rasgo, podendo ser transparente ou de cor neutra, em dimensões compatíveis com o acondicionamento dos itens previstos	Mil	3	41,41	124,23

5.3. O valor total estimado será de R\$ 432.184,23 (quatrocentos e trinta e dois mil, cento e oitenta e quatro reais e vinte e três centavos);

5.4. Será consumido pela Administração o mínimo de 30,00% dos quantitativos da Ata de Registro de Preços;

5.5. Nos termos da legislação vigente, somente deverão ingressar no certame as licitantes enquadradas na condição de ME/EPP.

**6. DA VALIDADE DO CONTRATO:**

6.1. O prazo de vigência contratual será da data de assinatura do termo de contrato decorrente da Licitação até 30/04/2026, por se tratar de entrega única não será admitida sua prorrogação.

**7. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

7.1. As despesas oriundas do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Programa deste, com dotação suficiente, obedecendo à classificação abaixo:

- U.O.: 40200 Fundo Municipal de Assistência Social
- Ação: 2074 Benefícios eventuais
- Elemento da despesa: 33903200 Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
- Fonte de recursos: 15000000 Ordinário.

**8. DO INÍCIO DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:**

8.1. O início da obrigação dar-se-á a partir da assinatura do termo de contrato;

8.2. A entrega dos itens se dará em parcela única, a ser realizada, impreterivelmente, no dia 01/04/2026, em horários e locais a serem indicados pelo Fundo Municipal de Assistência Social, devendo estar disponíveis no mínimo 2 (duas) horas antes do horário programado para início da distribuição dos kits;

8.3. O recebimento do objeto dar-se-á de acordo com o art. 140, inciso II, letra "a", "b", da lei 14.133/2021, com alterações posteriores;

8.4. Os fornecimentos executados em desacordo com o estipulado no presente termo serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso;

8.5. A entrega dos itens será acompanhada e fiscalizada por servidor do Município, se estes não atenderem às especificações do presente termo deverão ser substituídos pelo fornecedor no prazo máximo de uma hora, somente podendo ser atestados para fins de pagamento quando comprovada a fiel e correta entrega dos produtos;

8.6. Os itens deverão ser entregues de acordo com a devida solicitação, e atenderem rigorosamente as especificações do presente termo, e, ainda, virem acompanhados das respectivas notas fiscais;

8.7. Caberá ao setor solicitante, o recebimento e a atestação da(s) Nota(s) Fiscal(is) Fatura(s) correspondentes aos fornecimentos executados, em pleno acordo com as



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE GRACCHO CARDOSO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

---

especificações contidas no presente termo, aliado às disposições constantes da proposta da adjudicatária.

**9. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES:**

**9.1. DO(S) FORNECEDOR(ES):**

- a) Manter, durante toda a validade da ata de registro de preços, as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento da licitação que dará origem à mesma, sob pena de sua rescisão e aplicação das penalidades ora previstas;
- b) Garantir a qualidade dos produtos a serem fornecidos, devendo estar em perfeitas condições de consumo, devendo ainda, quando necessário, substituí-los prontamente, se porventura não atenderem aos requisitos deste termo, providenciando, também, a mercadoria que no momento possa estar em falta em seu estabelecimento;
- c) Fornecer os itens conforme especificação, marca, modelo e preço registrados e na forma prevista;
- d) Substituir às suas expensas, qualquer item entregue em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier a apresentar problema quanto ao seu uso dentro do período de garantia;
- e) Alocar todos os recursos necessários para se obter um perfeito fornecimento, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao Município;
- f) Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes do fornecimento, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer ao Município comprovante de quitação com os órgãos competentes;
- g) Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas durante o fornecimento;
- h) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município e/ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Município;
- i) Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros Termos de Autorização que se façam necessários à execução do fornecimento;
- j) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto firmado com O Município, sem prévia e expressa anuência.
- k) Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia e expressa anuência do Município.

**9.2. DO MUNICÍPIO:**

- a) Designar servidor do Município para proceder no recebimento dos materiais;
- b) Rejeitar os itens que não atendam aos requisitos constantes no item 5;
- c) Efetuar os pagamentos devidos observadas as condições estabelecidas na Ata;
- d) Fiscalizar e fazer cumprir todas as disposições do presente termo.

**10. DO PAGAMENTO:**

10.1. Os pagamentos serão efetuados após a realização dos fornecimentos, conferência e atestação do fiscal responsável;

10.2. Para fazer jus aos pagamentos, a contratada apresentará:

- a) Nota fiscal/fatura;
- b) Prova de regularidade Fiscal e Trabalhista.

10.3. Cumpridas as formalidades, a autoridade competente atestará a documentação e as encaminhará ao setor financeiro para pagamento;

10.4. Cumpridas as formalidades do item 10.3, a despesa será liquidada no prazo de até 5 dias da apresentação da documentação hábil;

10.5. Liquidada a despesa e havendo disponibilidade financeira, a Contratante efetuará o pagamento em até 30 dias, através de crédito bancário em favor de qualquer conta de titularidade da contratada;



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE GRACCHO CARDOSO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

---

10.6. Nenhum pagamento será efetuado na ocorrência de qualquer uma das situações abaixo especificadas:

- a) Falta de atestação dos documentos de cobrança pelo setor competente;
- b) Falta de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

10.7. Na hipótese de os documentos que comprovem a regularidade fiscal e trabalhista estarem com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos, dentro do prazo de validade, não cabendo à Contratante nenhuma responsabilidade sobre o atraso no pagamento;

10.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à contratada para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

10.9. A data base do presente termo observará o período de apuração do valor estimado;

10.10. O valor contratado será fixo e irrevogável durante o período de doze meses;

10.11. No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização da fatura em aberto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

**11. DA BASE LEGAL:**

11.1. Decreto Municipal nº 01/2025, Lei Federal nº 14.133/2021, e, ainda, pelo Decreto Municipal nº 05/2025.

**12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

12.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) Dar causa à inexecução parcial do objeto licitado;
- b) Dar causa à inexecução parcial do objeto licitado que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do objeto licitado;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE GRACCHO CARDOSO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

---

12.4. A sanção prevista no inciso I, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa de prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.5. A sanção prevista no inciso II, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

12.6. A sanção prevista no inciso III, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155, da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.7. A sanção prevista no inciso IV, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155, da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no § 4º do art. 156, da Lei 14.133/21, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.8. A sanção prevista no inciso IV, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 será precedida de análise jurídica e observará a seguinte regra: quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de secretário municipal.

12.9. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput do referido artigo.

12.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.11. A aplicação das sanções previstas no caput do art. 156, da Lei 14.133/21 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei 14.133/21, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

### **13. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO:**

13.1. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

13.2. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista consistirá em:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE GRACCHO CARDOSO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

---

e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa;

g) Declaração de que não emprega menor de dezoito anos.

13.3. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) ou certidão(ões) de execução(ões) similar(es), em nome da licitante, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

13.4. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

**14. DO PROCEDIMENTO DE GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO:**

14.1. O gerenciamento do Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria de Assistência Social;

14.2. Na forma do que dispõe o art. 11, caput, do Decreto Municipal nº 01/2025, será designado servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto;

14.3. Na forma do que dispõe o art. 10, caput, do Decreto Municipal nº 01/2025, será designado servidor para atuar como gestor do contrato.

**15. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

15.1. A participação de qualquer proponente vencedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretratável dos seus termos, regras e condições. Nos preços já deverão estar inclusas todas as despesas tais como: despesa com funcionários, materiais utilizados, impostos, transportes, taxas ou outras;

15.2. As demais disposições e condições referentes ao presente termo serão estabelecidas no edital de licitação e demais documentos integrantes do processo licitatório.

Graccho Cardoso/SE, em 05 de março de 2026.

**MARIA CLEICIA DA SILVA SOUZA**

CPF: 025.XXX.XXX-00